



Anais da Assembléia

Nº 98

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 146ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1976 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Accioly Neto e Francisco Escorsin.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo (32), achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Antônio Facci, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Enéas Faria, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 89/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 51/76, Mensagem 155/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná com o Município de Sertanópolis, objetivando execução de reparos nos prédios do Ginásio Estadual Monteiro Lobato, e da Casa Escolar Antonia Fernandes, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 89/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 02 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de SERTANÓPOLIS, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Monteiro Lobato" e a Casa Escolar "Antonia Fernandes", da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 51/76.

Acompanhado de Mensagem Governamental número 155/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 02 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná através da Secretaria do Interior, com o Município de SERTANÓPOLIS, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Monteiro Lobato" e a Casa Escolar "Antonia Fernandes", da sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 89/76.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 147ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Srs. Deputados Ernesto Gnoato e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo e Ernesto Dal'Oglio (32), achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Antônio Facci, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Enéas Faria, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com o apoio do Plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora IRENE BECKER, ocorrido nesta Capital.

A extinta era de tradicional família curitibana, descendente de alemães, com ativa participação nos movimentos sociais e culturais de nossa cidade. Dedicou sua vida à formação dos filhos que ocupam lugar de destaque nas atividades econômicas da cidade e na vida cultural de Curitiba.

Outrossim, requer que da deliberação desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, na pessoa do Professor Ronal Becker.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, oficie-se à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, solicitando a extensão da rede de eletrificação do distrito de Cantagalo até o Distrito de Candoi, via Faxinal de Santo Antônio, Colônia São Judas Tadeu, Três Pinheiros, Divisa Corvo Branco, Paz, Cachoeira, São Francisco e Segredo, localidades do Município de Guarapuava.

A medida solicitada também pelo dinâmico Vereador de Guarapuava, Elias Farah Neto, atenderá justa reivindicação da operosa população rural da região, estimada em 15.000 habitantes e as necessidades decorrentes com a construção da futura hidroelétrica de Segredo.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer ouvido o Plenário, que esta Casa, através de sua Comissão Executiva, mantenha imediato entendimento com o DETRAN e a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, no sentido de que seja CONSTITUÍDO ESQUEMA DE TRÂNSITO COM POLICIAMENTO amplo e medidas funcionais para evitar que ocorra novamente ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA na MOVEX que se desenvolve no Parque do Barigui. É também fundamental que a Prefeitura MEXA-SE no intuito de PREPARAR NOVAS ÁREAS PARA ESTACIONAMENTO, possíveis em razão de espaços que poderão ser utilizados sem exigir preparo muito demorado.

As medidas deverão ser tomadas com urgência urgentíssima, em razão DE SE EVITAR PARA ESTE FIM DE SEMANA, a angústia e desespero que tomou conta dos concidadãos que tiveram a infelicidade de, com seus veículos, visitarem o belíssimo Parque do Barigui no fim de semana passado; quando, EM CONSEQUÊNCIA DA INEXISTÊNCIA DE POLICIAMENTO DE TRÁFEGO E DO OBSOLETO SISTEMA DE TRÂNSITO IMPLANTADO, se gastava em torno de duas horas para se libertar do gigantesco engarrafamento que se estabeleceu

Reafirmando a rapidez que exige o equacionamento do referido problema, pedimos deferimento aos Srs. Deputados e, a atuação decisiva do Sr. Presidente. É necessário o Poder Público respeitar bem mais a nossa população, que se dirige ao acolhedor Parque do Barigui, para visitar a bela exposição da MOVEX.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por lei, e tendo em vista fatos gerados de queixas e reclamações da falta de material nas escolas do Estado para distribuição a alunos desprovidos de recurso, requer:

a) Quantos mil cadernos existem atualmente em estoque?

b) Quanto a outros materiais tais como, cartilhas, borrachas, lápis, boletins de frequência, etc. Qual o estoque atual?

Termos em que, espera a aprovação deste Parlamento.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1976.

(a) LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Federação Espírita do Paraná comemora o seu 74º aniversário.

Ao longo de sua existência essa benemérita Entidade, a par dos ensinamentos da doutrina que lhe fundamente as atividades, esteio de longa parcela de nossa comunidade, que tem haurido paz, consolo e evolução, executa também uma série de nobres e benéficas ações, abarcando toda uma extensa gama de atendimentos à criatura humana, desde o nascimento até a velhice.

Assim, considerando que esta Assembléia Legislativa, por sua própria origem e natureza, entende o trabalho que realiza essa Federação e lhe deve tributar o justo reconhecimento, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, votos de efusivas congratulações à Federação Espírita do Paraná, pelo transcurso do seu 74º aniversário, de obras e serviços dedicados à elevação e ao aperfeiçoamento do espírito e da criatura humana.

Outrossim, requer mais, que por inteiro teor do presente, se dê ciência da decisão da Casa à aludida Entidade.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1976.

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e do estatuído pelo Roteiro e Normas da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as despesas do Governo do Estado com divulgação e publicidade, criada pelo Requerimento protocolado sob o número 3793, de 06 de maio de 1976, deste Poder, requer ouvido o Plenário, seja o prazo estipulado para o funcionamento da Comissão prorrogado por sessenta (60) dias, tendo em vista a exigüidade do tempo que resta à mesma para concluir os seus trabalhos.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, primeiro orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, tivemos o dissabor de ter uma pequena celeuma com o nosso companheiro Lúcio Machado, e naquele instante,

quando o líder do Norte Pioneiro, o líder Lúcio Machado procurava encaminhar um requerimento sem conhecimento de causa, um requerimento onde atacava S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal de Abatiá, dizendo empregava, assim, material de segunda, terceira, quarta, quinta categoria na construção de um próprio que serviria como ginásio, como sede e como casa de educação das crianças. As crianças inocentes, que não têm nada com o que diz a política, que não têm nada, muitas vezes, que um Deputado, desatinadamente, esqueça-se de mandar um requerimento para um órgão extinto.

Dizia S. Exa., entre outros impropérios, que encaminhava o requerimento ao Secretário da Viação e Obras Públicas, pedindo contas de um próprio de Abatiá, da construção de um prédio que está sendo construído, terminado, para a felicidade nossa, com o dinheiro do povo, com o dinheiro carreado ao Paraná pelo ilustre Ministro Ney Braga, carreado ao Paraná para que seja bem aplicado e, está sendo bem aplicado, como estão fazendo todos os Prefeitos Arenistas de minha terra, deste querido Paraná.

Depois, quando sob ignorância que não entendemos, criancinhas paranaenses, que não existe mais a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por benevolência do nosso Presidente, este requerimento foi mudado mas, as notas taquigráficas aqui estão para conhecimento geral e, estão aqui também, cópias dos contratos da FUNDEPAR, Prefeitura, fiscalizados pela EMO-PAR. Um Deputado que veio à tribuna tripudiar sobre um Prefeito honesto, tem que ter, pelo menos, conhecimento de causa dos órgãos que fiscalizam; tem que ter conhecimento de causa, Sr. Presidente, Srs. Deputados e crianças paranaenses, de que existe um contrato e um convênio firmado por dois órgãos competentes, com um órgão executivo, como é a Prefeitura de Abatiá. Este órgão é fiscalizado por engenheiros da EMO-PAR, por engenheiros contratados pela própria Prefeitura.

Diz este contrato, em sua cláusula sétima:

"Da supervisão e fiscalização". A obra, objeto deste instrumento será supervisionada pela Fundepar, competindo a fiscalização a um Engenheiro contratado pela Prefeitura.

Então, nobre Presidente, Povo do Paraná e Povo de minha terra, vejamos como o Deputado com a sanha de querer tripudiar sobre o Prefeito de sua oposição, vem mandar, inopinadamente, um requerimento que só não foi mandado pela benevolência de nosso Presidente. Como pode um causídico, um homem que defende o povo, estar completamente alheio às estruturas do Estado, estar completamente alheio sem saber que não existe mais a Secretaria de Viação e Obras Públicas. É preciso, num cochicho, seus companheiros dizerem "modifique seu requerimento, Deputado, porque esta Secretaria já não mais existe".

Porque um homem que se procura tripudiar, é um homem honesto e esta Secretaria não existe mais. E isto faz-me lembrar de uma lenda, de um livro de Malba Tahan, quando foi dado a um grande sheik, daquela época, a virtude de entender o livro da vida, da sua vida, e dos seus semelhantes. E ele, esquecendo-se de si próprio, procurou a desgraça de seus semelhantes. Então, venceu o prazo, e por consequência, ele foi jogado no fogo do inferno porque esqueceu de pedir clemência para si, pedindo vingança, tripudiando sobre seus semelhantes.

E é isto que não pode acontecer aqui, Sr. Presidente, e é isto que não pode acontecer aqui, Srs. Deputados.

Como dizia Getúlio Vargas, deixemos a sanha dos nossos inimigos, esta sanha implacável que não pode cair sobre nossos filhos. Temos que ter clemência, temos que ter a cristandade, e provar...

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Lamentavelmente, o tempo de V. Exa. está esgotado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para complementar, Sr. Presidente.

Então, queríamos que esta Presidência fizesse leitura do

verdadeiro requerimento que eu requeiro neste instante, à Secretaria extinta de Viação e Obras Públicas, para dizermos ao povo quantos homens há no mundo, que preocupados de levar o mal ao seu semelhante, se esquecem do bem e porque não dizer a si mesmo. E é isto que dizemos, e damos por encerrado este caso. Dissemos de público e bom som, que renunciaremos o nosso mandato se houver um deslize na construção daquele prédio, de convênio com a Prefeitura e FUNDEPAR.

Nós dizemos a verdade, sem demagogia, olhando as crianças do meu Paraná, por estas criancinhas que hão de se orgulhar dos seus Legisladores.

Se vimos aqui, Sr. Presidente, nesta tribuna, é para dizer a verdade e aquilo que afirmamos as notas taquigráficas estão aí para confirmar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Infelizmente, acabamos de ouvir, neste Parlamento, mais um linguajar impropriedade, e que até nem merecia resposta.

Em todo caso, respondemos em duas palavras:

Sabemos que foi extinto o Departamento de Obras Públicas do Paraná, assim como, sabemos que extinta está, porque não tem atividade nenhuma na administração deste Estado, a EMOPAR. Mas, ainda existe e não foi extinto, o responsável pela administração deste Estado, e que deve coibir a malversação do dinheiro do povo, e este responsável é o Exmo. Sr. Governador do Paraná, a quem dirigimos nosso requerimento.

Usarei a tribuna hoje, para ler manifestação do nobre Deputado Nelson Buffara. Diz ele em seu "script":

"As manifestações de brasilidade, os testemunhos de um invejável patriotismo, despertam, em momento de profunda comoção, sentimentos de verdadeira admiração àqueles que, em vida, apesar de todas as críticas, apesar de todos os sofrimentos, apesar das possíveis injustiças, soube perdoar, soube compreender, soube aceitar e, acima de tudo, pedir apoio ao Governo que o alijou da política.

Refiro-me à personalidade marcante de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o grande Presidente, cujo infausto passamento enluta o povo brasileiro, fazendo-o derramar pranto de reconhecimento, gratidão e saudade.

Sensibilizaram-me as declarações do Presidente Nacional do meu Partido, o MDB, ao revelar à Nação que Juscelino, recentemente, o aconselhara a conduzir a oposição através uma atitude permanentemente patriótica, ajudando de todas as formas possíveis o General Ernesto Geisel a vencer as suas dificuldades, nos campos da política e da economia, sobretudo, para que o País, chegue às eleições de 15 de novembro sem traumas. A grandiosidade do político, a magnitude da personalidade do homem, o patriotismo de um Juscelino, talvez magoado, mas, acima de tudo, sereno, com o pensamento voltado ao futuro grandioso do Brasil, representam magníficos exemplos de uma brasilidade que emociona, que comove, que revela o caráter e a formação de um brasileiro que, como Getúlio Vargas, deixou a vida para entrar na História.

Hoje o povo chora a morte de Juscelino e muitos aprenderam a reconhecer nele, as qualidades excelsas que dignificam o viver.

Sua recomendação, o seu conselho, ao Presidente Nacional do MDB, Deputado Ulisses Guimarães, estão a ressoar comovedoramente no coração de todos os emedebistas. Iremos nos esforçar para que o clima das eleições de novembro seja harmônico. Tentaremos, dentro de nossas limitações, ajudar o País, só para se tornarem agradáveis. Procuraremos manter a mesma serenidade de JK, prestando-lhe a nossa homenagem, modesta, mas

sincera.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1976.

(a) Nelson Buffara”.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, complementando o tempo que me é concedido, devo dizer que procedi a entrada de um requerimento, indagando do Sr. Governador do Estado sobre materiais escolares.

São inúmeras as queixas advindas de todos os municípios do Paraná: não existem cartilhas, não existem cadernos, não existem lápis, nem mesmo boletins para apreciar a escolaridade dos alunos.

O que existe, o que vimos, no Departamento de Material é um estoque de papel higiênico que deve ser uma compra de mais de 500 mil cruzeiros.

É preciso que o Governo do Estado do Paraná coíba esses abusos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná, alertado que foi pelo Governo, fez com que houvesse, a partir de 1975, uma reformulação no seu esporte amador no que concerne às competições esportivas amadoras de nosso Estado.

Tínhamos os Jogos Abertos do Paraná, o conclave máximo do esporte amador estadual. Reuniam-se, nessa competição, todos os quadrantes paranaenses, representados por quase uma centena de municípios.

A partir de 1975, S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, mais precisamente o Sr. Secretário da Educação e Cultura, Sr. Borsari Netto, através de seu Departamento, fez com que fossem regionalizados esses jogos.

E a partir dessa divisão, houve por parte do Governo do Estado, uma promoção, um gasto para divulgação e, principalmente para organização desses jogos, muito grande.

Pensávamos que, com o fracasso do ano passado, este ano, tivesse o esporte amador do Estado do Paraná melhores condições do que o anterior, que fora o seu primeiro ano. O primeiro ano da implantação da divisão regional do esporte amador.

Mas, para vergonha deste Estado, para vergonha do esporte amador, tão necessário para a formação da família brasileira, temos, hoje, o dever de, mais uma vez, alertar o Governo que aí está, mais particularmente o Sr. Ministro Ney Braga, para o que está havendo, não só em termos de Paraná, mas de Brasil, a fim de que não haja mais aquela despersonalização no esporte amador que vimos ainda recentemente, em competições mundiais.

Em nosso Estado, mais precisamente em nossa região, onde impera, além da vergonha do número de inscritos, impera ainda o que podemos taxar de falta de organização e até falta de orientação por parte do Governo, porque, das 54 cidades convidadas, não dando o Governo apoio, dessas 54 cidades que compõem a região de Ponta Grossa, apenas 2 ou 3, confirmaram suas presenças.

Queremos, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que estamos entrando com um requerimento de congratulações ao Prefeito Lauro Lopes, Prefeito Municipal de Castro, porque, Ponta Grossa, apesar de ter duas ou três inscrições, não tem um ginásio de esportes para desenvolver a competição que a nossa cidade está sediando. Foi necessária a intervenção oportuna e objetiva do Prefeito de Castro no sentido de oferecer a praça de esporte de seu município para que fossem desenvolvidos lá em Castro, para vergonha de Ponta Grossa, os Jogos Abertos do Paraná, Setor Região dos Campos Gerais.

Ponta Grossa possui inúmeros ginásios mas nenhum deles está em condições de desenvolver em suas canchas o futebol de salão e o “handebol”. Se não fosse Castro essas duas ou três cidades que tiveram a coragem e a vontade de participar desses jogos, não teríamos ninguém para competir nessa modalidade

do esporte amador.

Além da vergonha do Estado, além da vergonha da minha cidade e da própria vergonha nacional em termos de esporte amador, queria que ficasse registrado um alerta a S. Exa. o Sr. Borsari Netto que, a forma implantada a partir de 75 neste Governo de Jayme Canet, infelizmente, para desgraça do esporte amador do Paraná, não teve aceitação à altura. Por este motivo essa Portaria deveria ser revogada, a fim de que, novamente, fossem revividos no Estado aqueles famosos Jogos Abertos do Paraná, ocasião em que reunia mais de uma centena de cidades.

Os Jogos Regionais do Paraná, em Ponta Grossa, tiveram que ser adiados porque não havia quem participasse, não havia quem desfilasse, a não ser os representantes das duas ou três cidades que se inscreveram.

Quero, mais uma vez ao finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer ao Governo que em dois anos subseqüentes não houve por parte dos municípios o acatamento às determinações governamentais. Por este motivo solicito a S. Exa. que analise, mais precisamente o Sr. Secretário de Educação, essa determinação e devolva ao Paraná os tradicionais Jogos Abertos que aqui se realizaram por muitos e muitos anos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, quarto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna positivamente satisfeito, e com muitas razões. Lembro-me do início das nossas atividades nesta Casa Legislativa e que num dos nossos primeiros pronunciamentos fazíamos um apelo importante à COPEL. Pedíamos, nessa oportunidade, providências ao Governo para que desse condições e que tivéssemos no nosso município de Castro a tão desejada energia elétrica rural.

Houve muita luta nesse sentido, muito trabalho foi desenvolvido e muitas visitas fizemos ao município de Castro, especialmente aos distritos de Anapan e Socavão para ali dirigir os técnicos da COPEL. Houve, inclusive, uma polêmica que ficou na história desta Casa porque, certa ocasião, o Prefeito de Ponta Grossa tentou virar o “pai da criança”. Finalmente, agora, com muita alegria, posso comunicar a esta Casa a aprovação do estudo para a implantação desta rede de energia elétrica rural em meu município, especialmente na região de Abapan e Socavão, atingindo, também, Itaiacoca, distrito do município de Ponta Grossa. Trata-se de uma região rica em minérios, onde há uma excelente produção de cal, calcário e talco.

Eu tenho frisado e volto a insistir, Castro produz mais da metade do cal produzido no Brasil, e entendo que esta medida vai beneficiar aquelas indústrias, dezenas que ali existem, outras que serão implantadas numa região extraordinária.

Vai permitir um progresso acentuado tanto em Itaiacoca, como Abapan, como Socavão. Vai dar mão-de-obra, vai dar condições de maiores empregos. Vai permitir maior produção. Porque Itaiacoca, Abapan e Socavão atendem vasta região do Brasil.

E quando hoje nós vimos à tribuna, já com a notícia confirmada há três ou quatro dias, era justo que viéssemos tributar aqui uma palavra de agradecimento ao Dr. Arturo Andreoli e ao Dr. Domingos Prata Barbosa que indiscutivelmente participaram com muita energia para que pudéssemos atingir a esta meta.

Os dois municípios, Castro e Ponta Grossa participarão com aproximadamente 650 mil cruzeiros cada um, em parcelas, enquanto que quase a totalidade do investimento será por conta da COPEL. Ambas as Prefeituras já receberam da COPEL, os termos para que possam apresentar às suas Câmaras as Leis autorizatórias para as assinaturas destes convênios e em seguida, será elaborado o projeto final, a concorrência e finalmente a execução.

Entendo que é uma notícia alvissareira, porque diz respeito a dois municípios, atende a três distritos, atende à industrialização, à grande produção, a soma de novos empregos. Indiscutivelmente, atende também a uma região de minérios muito importante do nosso Estado do Paraná.

Era o registro que trazemos com satisfação e que gostaríamos, como aqui temos apresentado sugestões, os apelos e os pedidos, da mesma forma entendemos ser o dever voltar para registrar os agradecimentos.

Muito obrigado, S. Exa. Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O pronunciamento que pretendo fazer hoje, deveria ter sido feito há alguns dias passados. Se não o fiz, foi devido a ordem de colocação dos oradores inscritos no Grande Expediente.

(Lendo): “Até a presente data, apesar das constantes denúncias, o Governo Federal através dos responsáveis pelo abuso dos gastos com mordomia, não justificou o seu comportamento perante a opinião pública do País, e nem anunciou qualquer providência para apurar as responsabilidades.

Parlamentares de todas as áreas, jornais e revistas destacados como os demais importantes desta Nação, ainda estão a consultar o assunto, que nos parece, não fica bem ao Governo honrado do Presidente Geisel, omitir sobre a indagação do País, principalmente porque o povo tem os seus destinos econômicos nas mãos do Presidente da Nação. Aliás, um Governo que faz se ressaltar e que acreditamos na lisura de seus atos, sendo portanto, digno de responsabilidade.

Há dias passados, desta tribuna, tivemos ocasião de abordarmos este assunto, fomos censurados, posteriormente pelo eminente Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, por haver assim procedido e o eminente Deputado fez questão de frisar que havíamos agido com inabilidade. Inabilidade com que se critica, dizia de nós, “homens públicos os mais responsáveis, como Ney Braga, que tantos serviços tem prestado ao Paraná”.

E dizia ele: “É só porque ocupa uma Pasta de relevante importância no Governo da Nação”, dando a entender o nobre Líder do Governo que os nossos interesses, disse ele, “é prejudicar os interesses do Paraná”.

“É uma conduta reprovada, porque pretender atacar ou atingir homens de responsabilidade comprovada” afirma o nobre Líder”, como Ney Braga e Arnaldo Prieto, é desrespeitar as expressões da mais alta dignidade deste País”.

Ora, Sr. Presidente, a nosso ver, o Líder do Governo agiu, ao assim se manifestar, como se não soubesse das denúncias que têm sido feitas nos quatro cantos da Nação nos últimos tempos contra esses dois Ministros do Estado, principalmente com referência a Arnaldo Prieto. Denúncia efetuada e recebida através de cópias de licitações de compra, pelo Deputado Santflilio, do Rio Grande do Sul, um dos mais respeitáveis homens públicos do Movimento Democrático Brasileiro, e dos mais destacados na luta pela verdade e pela justiça neste País.

Na realidade, quando abordamos o assunto desta tribuna, não o fizemos com o intuito de denúncias sobre as pessoas apontadas e, sim, com o objetivo de pedir ao Governo Federal providências sobre os fatos denunciados. A denúncia já havia ocorrido e o Brasil inteiro já sabia através da imprensa sobre os acontecimentos.

“O Estado de São Paulo”, um dos jornais mais consultados desta Nação, manteve esclarecimentos sobre os fatos; denunciou os acontecimentos em páginas inteiras por três dias consecutivos e, pelo que me parece, até agora ninguém ousou contestar as denúncias ou refutar as acusações. E cabe ao acusado provar na qualidade de denunciado, que as denúncias imputa-

das são improcedentes, porque os denunciados não são e nem podem ser donos dos lugares que ocupam, muito menos do dinheiro que estão esbanjando de forma vil, na oportunidade em que a Nação está vivendo a imposição do mais acentuado sacrifício econômico.

Devido a estes fatos, entendemos que o povo deseja e tem direito a uma explicação convincente, não por parte das Lideranças de Governo, mas, sim, por eles próprios, na qualidade de acusados.

O que fez o eminente Líder do Governo, ao se pronunciar, quando nos encontrávamos ausentes do plenário há dias anteriores, querendo nos acusar quase de caluniador, foi uma tomada de posição infeliz, porque querendo justificar os desmandos é ferir a própria dignidade do mandato.

Nós, de nossa parte, poderemos voltar a acreditar na honrabilidade dos Ministros denunciados, isto se eles provarem com contestação fiel, de que estão sendo vítimas de atitudes alheias aos sacrossantos interesses democráticos.

Parece que é o mal da Liderança, porque há poucos dias, como quis fazer crer ao povo brasileiro, — isto bem recentemente — o Líder do Governo na Câmara Federal, Deputado José Bonifácio, dizendo que no episódio existe um complô comunista que deseja desmoralizar o Governo. Ora, o fato das denúncias, a nosso ver, não poderia ter partido de pseudo instituição política que sempre pretendeu primar em nosso País, pela baderna e pelo desrespeito ao povo, a atitude das denúncias sobre malversação de dinheiros públicos denunciados como já dissemos por dias e dias seguidos, pela imprensa e pelo Parlamento, não pode ter outro objetivo, senão resguardar o próprio Chefe da Nação, de possível desmoralização de seu Governo. Desmandos geram desmandos, e muitas vezes ocorrem na área administrativa fatos prejudiciais à economia, sem que, o Governo tenha de fato o conhecimento. Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a improcedência da observação do eminente Líder do Governo na Câmara Federal.

A propósito, o jornal “Folha de São Paulo”, de 17 do corrente, publicou a seguinte reportagem, a seguinte publicação, sob o título MISSÃO CUMPRIDA.

E se o Deputado José Bonifácio de Andrada fosse, ele próprio, um agente vermelho disfarçado em caçador-de-agentes-vermelhos? Já que estamos em pleno terreno do assombro e na magia, vasculhando bruxas dentro das vassouras e por debaixo das saias, porque não aventar esta hipótese fantástica, mas perfeitamente plausível, neste cenário kaskochapliano? O mais encarnizado, infatigável e imaginoso denunciador de infiltrações comunistas seria, na realidade, um agente provocador a mando de Kremlin para solapar os esforços do Governo visando a pacificação nacional.

Ria-se à vontade. Depois de enxugadas as lágrimas deste hilariante delírio e com aquela mesma dialética de botequim empregada pelo inspirado Líder da Maioria, pode-se concluir que é mais fácil José Bonifácio ser ativo elemento do setor agitprop do PC, do que serem verídicas suas mirabolantes aventuras com documentos secretos roubados de cofres-fortes e lidos às escuras, sem velas.

Senão, vejamos: qual a tática número um dos agentes comunistas? Explorar as contradições do sistema ao qual se opõem. E o que está fazendo “tovarich” JBA, da célula de Barbacena? Explorando ao máximo as contradições de um governo empenhado com sinceridade no processo de restauração gradual das franquias, mas que não consegue, ao menos, arregimentar um líder no Parlamento para defender suas idéias. Objetivo alcançado.

Qual a tática número dois de Moscou? Enfraquecimento das instituições e ridicularização das conquistas democráticas para chegar ao impasse. Pois o comissário Iossip Bonifavel Andradevsky é um verdadeiro campeão na destruição de todos os sonhos libertários da nação brasileira, criando tal dose de pes-

sinismo e derrotismo que torna presa fácil do imperialismo vermelho. Alvo atingido.

E o objetivo número três? Criar o divisionismo e semear desconfianças em todos os escalões. O agente KBG/Arena-000 conseguiu insinuar até que nossos tecnocratas são comunistas, que as multinacionais estão infestadas de subversivos vermelhos jogando golfe aos domingos e que os jornais conservadores são perigosos redutos da propaganda subliminar volchevique. Parabéns, Ioski (diminutivo carinho de Iossip), tarefa realizada, "cum laudae".

E os itens quatro, dez, vinte-e-dois, quatrocentos-e-trinta do Manual do Agente Perfeito? Tudo OK. Este Pelé da agitação é um gênio: conseguiu em apenas dois anos de desempenho clandestino o milagre de torpedear a imagem de um governo sério e austero, conseguiu sabotar todo o esforço da classe política para apresentar-se compenetrada e responsável, sobretudo, conseguiu num passe de mágica tornar fútil e incabível qualquer denúncia que, de agora em diante, alguma autoridade venha, por ventura, fazer.

Isto é trabalho para merecer a ordem de Lenini, Prêmio Stalin e sepulcro especial no lado direito de quem entra no cemitério do Kremlin.

Depois da macartice do último sábado, agora, quando uma criancinha acordar sobressaltada na noite escura ouvirá a voz paterna acalmando-a: "Não chore Zebonifa, o Lobisomem, foi embora. Retornou à base".

É isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Homens do governo, que ao invés de esclarecer ao próprio governo a forma de reconstrução deste País, de respeitabilidade ao dinheiro público, de dignidade de procedimento de todos os brasileiros, ameaçam inclusive àqueles que têm a coragem de denunciar os erros que se cometem nesta Nação. O que fez portanto?

Não é mais do que uma tentativa de: (Lê): "querer justificar os desmandos com a respeitabilidade e honorabilidade daqueles que as praticou ou é conivente com eles ou teme que os reflexos do fato possam nos atingir, e é acima de tudo, tal procedimento, argumento que não convence a ninguém, porque os desmandos denunciados, são fatos, e não aquilo que está no subjetivo; a questão de honorabilidade e respeitabilidade é muito relativa porque, em princípio, todo mundo é honesto e respeitável.

Com relação ao caso de MORDOMIA e os seus gastos principalmente os procedidos pelo Exmo. Ministro Arnaldo Prieto, afirmou o eminente Líder do Governo nesta Casa que era apenas uma previsão e não gastos efetivos. Ora se era previsão, se vê que as coisas andam mal. Porque os servidores imediatos do Senhor Presidente da República, no caso o Senhor Ministro do Trabalho, um desses homens, tem que ser de confiança, principalmente em se tratando de cuidado e equidade, precisão acima de tudo, nos orçamentos, ainda mais que mordomia é fato puramente doméstico. Na verdade o que sabemos, não se tratava de previsão apenas, mas sim, de licitação para aquisição de produtos diversos para a manutenção doméstica da casa oficial do Senhor Ministro. Tudo foi comprovado através de amplas reportagens, foi comentado pelo Parlamento, foi fato, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que, eladiou a Nação inteira.

Portanto, Senhor Presidente, Srs. Deputados, houve equívoco do ilustre Líder do Governo, Senhor Deputado Ivo Thomazoni, procurando com suas palavras, em pronunciamento feito neste Parlamento, quando aqui não nos encontrávamos, formalizar duras críticas em torno de nosso nome, só por havermos anteriormente reportado sobre o abuso cometido pelo Senhor Ministro do Trabalho referente às despesas de Mordomia no seu Ministério; seu argumento a nosso ver, não passou de uma tentativa de amenizar a situação deplorável dos acontecimentos, cujas responsabilidades levam reflexo ao próprio Governo, que tem sido honesto em suas aspirações administrativas, por isso

mesmo, enquanto não se provar ao contrário, a Nação inteira, sabe que o Senhor Ministro Arnaldo Prieto, dispense milhões de cruzeiros na aquisição de milhares de quilos de alimentação das mais destacadas, para a alimentação dele, de sua família e naturalmente das visitas, por conta e risco dos recursos advindos do povo, porque dinheiro circulante na área de governo ao povo pertence.

Para finalizar, devo reafirmar, não denunciaremos a quem quer que seja, apenas retrospectamos as denúncias efetuadas por quem se julgou de direito por ser conhecedor dos fatos, apenas damos conhecimento dos fatos e pedimos providências, a fim de que se coibam abusos tão caracterizados como vêm fazendo os auxiliares diretos da administração brasileira.

Certa feita, li uma lição precisa, e guardo os seus ensinamentos como fonte de sabedoria. "Quem é fiel no pouco, também é no muito".

Um candidato ao posto de Ministro da Fazenda de certo País, tendo sido convidado para se hospedar num hotel importante, entrou no elevador para se dirigir ao aposento onde pretendia pernoitar; vendo um senhor que lhe fazia companhia no mesmo elevador, julgando que fosse ele um empregado, pediu-lhe que levasse a sua bagagem até o quarto. Sem comentários, o cidadão obedeceu e ao chegar lhe cobrou um determinado preço pelo serviço, fato que provocou revolta, e como se fosse a aplicação de um castigo ao carregador desconhecido, o candidato pagou o trabalho com uma nota falsa, e enquanto pagava, disse ao cidadão que havia recebido o pagamento. Já que aqui está, leve meu cartão ao Dr. Curtis que deve estar aqui no Hotel.

O suposto carregador, imediatamente lhe respondeu, o Doutor Curtis sou eu mesmo. Desapontado, o cidadão, candidato a Ministro da Fazenda, ao saber do fato, disse mais que depressa, oh! foi uma confusão, queira me perdoar, senhor. "Nada há para perdoar, respondeu. Estou satisfeito porque mais do que depressa me destes todas as provas de seu caráter e retidão que eu poderia esperar.

Podeis voltar hoje mesmo, porque um moço que é capaz de roubar os serviços de um carregador humilde, é por demais perigoso para que eu tenha à frente do Tesouro do Estado.

A Justiça, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nem sempre vem tão depressa como nesta história, mas, cedo ou tarde, ela chega. Depois de tantos anos, estamos vendo aí espelhado, o fato do empobrecimento do povo brasileiro; superfuncionários, ganhando e gastando fortunas, enquanto milhões de brasileiros estão submissos à miséria de um salário mínimo que nem mesmo dá para sustentar o prestador de serviço, enquanto ele com esse salário, tem que viver para si e sua família.

Era só Sr. Presidente".

Está aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o exemplo do esbanjamento, caracterizado oficialmente pelos próprios assessores mais diretos do Governo Federal, que são aqueles que assumem a responsabilidade dos Ministérios; e está aí denunciado um jornal de grande circulação deste País; e está aí o fato proclamado nos quatro cantos da Nação brasileira, que está aí a espera de uma resolução do Exmo. Sr. Presidente da República.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Estou acompanhando o pronunciamento de V. Exa. combatendo a corrupção, pedindo que os dinheiros públicos sejam mais bem aplicados; e há poucos dias quando ocupava a tribuna, eu fazia referência sobre a normalidade democrática. Dizia, que era esta a nossa grande responsabilidade de 15 de novembro, sabermos escolher os bons administradores, os que vão dirigir os destinos dos nossos municípios. Porque a democracia começa no alicerce, que é o município.

E quando vejo V. Exa. com esta preocupação, eu não sei, se o Partido de V. Exa., tem examinado bem, na hora de escolher os candidatos para que não venha, depois, um Deputado, desta tribuna, criticar um prefeito corrupto, um prefeito que

vem desviando dinheiro público.

Para tristeza nossa, vimos em nossa região, o lançamento de um candidato que já foi prefeito uma vez, que foi reeleito prefeito, foi cassado pela Câmara Municipal. Entrou com recurso e reassumiu. Mas, acabou renunciando seu mandato.

E, hoje, esse homem é candidato pela Oposição.

Esse homem, só para citar um exemplo, comprou no Estado de Minas Gerais, na cidade de Alfenas, 150 sacos de cimento que foram transportados por caminhões da Prefeitura e estão contabilizados na Prefeitura de Borrazópolis.

Esse é o homem que é candidato pela Oposição, na disputa das próximas eleições.

E essas denúncias podemos provar com documentos que temos em mãos.

Então, nobre Deputado, precisamos ter cuidado no lançamento de candidatos às próximas eleições.

Quando vemos V. Exa., veementemente, combatendo a corrupção, preocupando-se pela melhor aplicação dos dinheiros públicos, pensamos se isso se aplica somente àqueles que estão ocupando já cargos públicos?

Devemos escolher melhor os candidatos. Muito obrigado. O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado, essa tem sido a maior preocupação de meu Partido.

Mas, quero dizer a V. Exa. que essa preocupação manifesta na escolha dos homens, não tem sido apenas do Partido de V. Exa., porque o homem escolhido, na minha cidade, para candidato a Prefeito já foi processado por corrupção, por emissão de cheques sem fundos, por malversação de dinheiros públicos.

Mas saiba V. Exa. que a nossa luta, a luta da Oposição, não é outra senão separar o joio do trigo. Porque, se assim não fosse, fecharíamos, como V. Exa. e o Governo, os ouvidos aos acontecimentos que contribuem para empobrecimento de cem milhões de brasileiros.

A Oposição tem, acima de tudo, o sentimento de libertação econômica do povo brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente, Srs Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra à Liderança do MDB, por 15 minutos.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Ocupo hoje esta tribuna para falar em defesa do Município Brasileiro. Nossa análise, fruto de pesquisas e de nossa visão diante da realidade que nos cerca, se constitui numa correção propedêutica e fundamental e adotada pela Revolução a saber:

A valorização do município é meta indispensável e fundamentalmente necessária para nossa organização política. É a célula institucional de grande relevância para o nosso desenvolvimento.

Até PIO XI, na QUADRAGÉSIMA ANO afirma:

"É INJUSTIÇA, GRAVE ERRO E INVERSÃO DA ORDEM NATURAL CONTER-SE À COMUNIDADE MAIOR E SUPERIOR, AQUILO QUE PODE SER FEITO E OBTIDO PELA COMUNIDADE MENOR E MENOS ELEVADA".

Dentro de seu princípio histórico da evolução o município não passa de uma forma de divisão de trabalho.

Entretanto, RUI BARBOSA nos ensina:

"NÃO HÁ CORPO SEM CÉLULA. NÃO HÁ ESTADO SEM MUNICIPALIDADE. NÃO PODE EXISTIR MATÉRIA VIGENTE SEM VIDA ORGÂNICA. NÃO PODE IMAGINAR A EXISTÊNCIA DE NAÇÃO, A EXISTÊNCIA DE POVO CONSTITUÍDO, EXISTÊNCIA DE ESTADO, SEM VIDA MUNICIPAL".

"Município não significa apenas uma delimitação geográfica ou um pedaço de território.

O município como célula reconhecida pelo Estado, formado historicamente e constituído em unidade resultante da vida em comum em seu território de uma pluralidade de famí-

lias, impõe-se como base dos próprios regimes unitários e centralistas.

O Município é uma instituição mais social do que política, mais histórica do que constitucional, mais humana que democrática. É o governo local. É uma associação natural de vizinhos em território determinado.

Essa associação é defendida, não só porque corresponde a uma necessidade natural do homem, como a um instrumento de progresso si próprio e conseqüentemente para todo a que compõe.

É evidente que interessa ao Estado a Administração dos Municípios, mas é de maior interesse para o Município que SEUS RECURSOS SEJAM REVERTIDOS PARA SEUS COFRES.

Sugando dos municípios a renda indispensável que ampare sua administração local em atendimento às condições mínimas de uma organização civilizada, é uma demonstração de incapacidade de planejamento.

JOSÉ ARTHUR RIOS nos mostra que:

"TANTO OS CIENTISTAS E ADMINISTRADORES QUE ANALISAM O PROBLEMA DOS GRUPOS DE BASE DE UMA COMUNIDADE, SOB O ÂNGULO DO PODER E DOS GRANDES GRUPOS, ISTO É, O ESTADO, A NAÇÃO, QUANTO O FILÓSOFO POLÍTICO E O PENSADOR SOCIAL, JÁ VEM HÁ ALGUM TEMPO INDICANDO A IMPORTÂNCIA DOS GRUPOS DE BASE NA CONSTITUIÇÃO DE UM REGIME POLÍTICO ADEQUANDO ÀS NECESSIDADES NATURAIS E AOS FINS DO HOMEM".

JACKES MARITAIN faz a seguinte afirmação:

"ACREDITO QUE UMA DEMOCRACIA RENOVADA, É ESTA SUA ESSÊNCIA: A VOCAÇÃO DE LIDERANÇAS DEVERIA SER NORMALMENTE EXERCIDA POR PEQUENOS GRUPOS DINÂMICOS, LIVREMENTE ORGANIZADOS E MÚLTIPLOS POR NATUREZA, QUE NÃO SE OCUPARIAM DOS ÊXITOS ELEITORAIS, MAS QUE SE DEDICARIAM INTEIRAMENTE A UMA GRANDE IDÉIA SOCIAL E POLÍTICA".

As dimensões de nosso País, que é formado pelo aglomerado de 4.000 municípios, prescinde de uma autonomia política maior.

O Estado não cria o município, mas simplesmente lhe reconhece a existência, sendo-lhe apenas lícito estabelecer as regras para o reconhecimento dessa existência.

Há de o Estado reconhecer o município não só a legitimidade de sua existência, como há de ABSTER-SE DE INTERFERIR EM SUA VIDA, QUE DEVE SER SUFICIENTEMENTE AUTÔNOMA POR ENVOLVER FINS PRÓPRIOS DIFERENTES DOS DO ESTADO, embora não possa existir sem um estímulo e a coordenação deste.

A autonomia municipal é o "SELF GOVERNMENT" local. Não é mais que o conhecimento de sua situação de fato. Governo para os que dele vivem e contribuem. Capacidade privada de auto determinação administrativa e capacidade pública com que interfere na ordem social local.

Dar mais AUTONOMIA E MAIS RECURSOS FINANCEIROS AO MUNICÍPIO E DESCENTRALIZAR, O QUE NÃO SIGNIFICA DIMINUIR O PODER DE AUTORIDADE DO ESTADO. Ou distribuir entre órgãos e coletividades independentes, a força da soberania que é atributo jurídico do Estado. Nem tão pouco, limitar a ação do poder central no que diga respeito ao interesse público geral.

UMA DAS MAIORES DISTORÇÕES DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL É A CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS, ATRIBUIÇÕES E PODERES NAS MÃOS DOS ÓRGÃOS CENTRAIS, QUANDO AS SOLUÇÕES DOS PROBLEMAS NACIONAIS RESIDEM PRINCIPALMENTE NO FORTALECIMENTO DOS MUNICÍPIOS.

Essa política imposta, representa a construção de um

lindo e formoso edifício, com seu interior inconfortável e mal acabado além de estruturas inconsistentes e debilitadas.

É urgente as providências que devem ser tomadas no sentido de **AUMENTAR A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DOS MUNICÍPIOS E LIMITAR A ATUAÇÃO DA UNIÃO NESTE SENTIDO.**

Entendemos inadequada e excessiva concentração de poderes de ordem econômica, política e administrativa nas mãos do poder central. O Sistema Tributário faculta uma gigantesca centralização de recursos arrecadados em todos os municípios e que a eles não retornam.

Constatamos que atual política fiscal visando fortalecer o Poder Central como solução para a amenização dos desenvolvimentos regionais, não tem tido êxito.

Na maioria dos casos, os municípios necessitam de financiamentos para a consecução das obras prioritárias e indispensáveis. Os índices de juros e correção monetária a que estão sujeitos, são superiores aos índices impostos aos índices impostos em financiamentos obtidos, são superiores aos índices impostos em financiamentos obtidos por empresas do setor privado.

A CRESCENTE CENTRALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO ECONÔMICO, ADMINISTRATIVO E POLÍTICO DO GOVERNO FEDERAL É CARACTERÍSTICA DOS PAÍSES TOTALITÁRIOS, logo, o nosso não poderia fugir à regra.

A Constituição de 1934 — liberal — realizando uma divisão tripartidária de competência nacional com a reserva para o município de uma esfera de atribuições próprias inclusive em matéria tributária. Se por um lado fortaleceu a autonomia municipal, dando início a um novo regime e uma nova era para as nossas comunas, por outro lado uniformizando-as em princípios constitucionais de modo a retirar dos Estados, qualquer possibilidade de desvio do padrão Federal. Os Estados membros deixaram de merecer confiança para disciplinar a matéria, por não terem sabido usá-la no passado.

NO ESTADO NOVO TIVEMOS A POLÍTICA ESSENCIALMENTE CENTRALIZADA E UNIFORMIZADA, ATÉ MESMO COM NOMEAÇÃO DOS PREFEITOS MUNICIPAIS ENSEJANDO MAIOR OBEDIÊNCIA DESTES. NESSA FASE HOUVE TOTAL PERDA DE AUTONOMIA MUNICIPAL, BEM COMO NA DITADURA ANTERIOR.

A Lei Magna de 1946, seguindo a trilha aberta pela Constituição de 1934, ampliou a autonomia municipal, fortalecendo financeiramente, definindo-a com maior precisão e cercando-a de maiores garantias. Manteve-se entretanto, o Regime Municipal dentro do mesmo esquema rígido que a de 34, afastando novamente qualquer possibilidade de inovações substanciais por parte dos Estados.

Atualmente, além da Constituição restringir demasiadamente a autonomia municipal, a Lei Orgânica dos Municípios está eivada de inconstitucionalidade e violação da pequena autonomia, como aliás ocorre com as próprias Constituições Estaduais, segundo demonstrou Vitor Nunes Leal em análise exaustiva e conforme inúmeras decisões do Supremo Tribunal Federal.

Damos total razão, neste particular a José Arthur Rios, sabiamente escreveu que:

“Os grupos voluntários e espontâneos — caso do Município Brasileiro — são talvez a força anti-totalitária mais poderosa que se conhece.”

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é necessário maior atendimento aos nossos municípios brasileiros.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra à Liderança da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi e procurei informar-me da verdade sobre a realização dos jogos abertos do Paraná na cidade de Ponta Grossa,

e atualmente realizados na cidade de Castro.

Para que não se comprometam as autoridades estaduais responsáveis pelo setor, cabe, Sr. Presidente, o seguinte registro:

Os jogos abertos iniciaram-se em Ponta Grossa na data prevista, com todo o apoio do Governo do Estado. Ocorre que na Princesa dos Campos existe sério desentendimento entre o Departamento de Esportes e Recreação Orientada DERO, e a Liga Desportiva de Ponta Grossa.

Sabe-se, Sr. Presidente, que muito embora as Ligas por Lei, não possam dispor de próprios, de bens, por lei municipal aquela entidade recebeu da Prefeitura Municipal, por doação, o Ginásio de Esportes daquela cidade e, como proprietária do Ginásio de Esportes onde não se pratica nada mais do que basquetebol, muito embora o Ginásio já esteja devidamente demarcado para a prática de voleibol, do handball, do futebol de salão, a Liga negou ao DERO aquele ginásio de esportes, para que ali se realizassem as provas constantes do calendário dos jogos abertos.

Nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que Ponta Grossa tem sido, no Paraná, o verdadeiro celeiro dos maiores valores, dos maiores atletas do basquetebol paranaense, e o Paraná, graças a esta representatividade pontagrossense, sempre se houve bem nas disputas de nível nacional, porque Ponta Grossa sempre soube emprestar os seus valores e estes valores conseguiram sempre emprestar maior destaque ao Paraná neste campo esportivo.

A pedido da cidade de Ponta Grossa, a Secretaria da Educação e Cultura levou os jogos para aquela cidade, mesmo porque Ponta Grossa tem méritos para sediar esses jogos, pois dispõe de pistas de atletismo, de piscinas olímpicas, do ginásio, que seria o caso, e este acervo Ponta Grossa tem, hoje, graças à ajuda do Governo do Estado e do Governo da União.

Nós poderíamos, em qualquer instante, trazer, para conhecimento dos Srs. Deputados, os valores destinados para auxiliar Ponta Grossa na construção das pistas, das piscinas etc.

Agora, o que não se entende, Sr. Presidente, é que havendo desentendimento a nível municipal entre dirigentes do DERO e a Liga Desportiva Pontagrossense, pretenda-se transferir culpa ao Governo do Estado, por haver sido forçado a transferir aquela disputa para a vizinha cidade de Castro.

Talvez a transferência só tenha sido possível porque o esporte amador enseja o sacrifício da parte dos atletas.

Se nós estivéssemos disputando a nível profissional, era bem possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que isto não pudesse ocorrer.

Agora, quando ouvi o eminente Deputado Luiz Carlos Zuk referir-se ao episódio, envolvendo o Governo do Estado, ou responsabilizando o Governo do Estado por aquele desentendimento, eu me lembrava exatamente da campanha desenvolvida pela Secretaria da Educação e Cultura, pelo Governo do Sr. Jayme Canet Júnior, que, neste ano, conferiu verbas para que 200 municípios paranaenses que ainda não dispunham de uma cancha de esportes, pudessem contruí-la, com recursos estaduais repassados pelo Ministério da Educação e Cultura.

E, para que não ficasse sem o registro da versão governamental, é que eu faço, ensejando ao eminente Deputado Luiz Carlos Zuk que, em aparte que me solicita, me esclareça de qualquer detalhe que tenha me fugido à percepção, quando do seu discurso.

O Sr. Luiz Carlos Zuk — Ilustre Líder do Governo, Ivo Thomazoni.

Queria tão somente, falar a V. Exa., que o nosso pronunciamento foi dividido em partes. Solicitamos ao Governo do Estado, desde que a medida implantada pela Secretaria de Educação e Cultura, através do seu Departamento, quando da regionalização dos jogos, dividindo o Paraná em regiões, não teve um sucesso; não houve um êxito a ser alcançado.

1976, o presente ano: Um novo fracasso no que concerne

ao número de inscrições das participações das cidades, das regiões.

Ponta Grossa, como V. Exa. mesmo disse, solicitou e teve o seu pedido aceito pela Secretaria de Educação e Cultura e é sede de uma região, como é Maringá, como é Londrina e outras grandes cidades do Paraná.

Foram convidadas pelo DERO, que é um órgão subordinado à Administração Pública de Ponta Grossa, da Prefeitura, cinquenta e quatro cidades que compõem a região que Ponta Grossa abrange; destas cinquenta e quatro cidades, que teriam o início dos jogos no sábado, não foi realizado o início dos jogos, o desfile de abertura. Foi transferido para antes-de-onTEM, segunda-feira, porque as autoridades ali reunidas, representantes, inclusive, da Secretaria de Educação e Cultura, representantes de todas as áreas da comunidade de Ponta Grossa, houveram por bem não oficializar a abertura dos jogos, transferindo esta abertura para segunda-feira, devido ao pequeno número de inscrições das cinquenta e quatro cidades, que tinham se inscrito, somente, duas ou três cidades. Dessas duas ou três cidades, é que surgiu o problema levantado por nossa pessoa, no que concerne à disputa de futebol de salão e handball, que foi para Castro.

Então, aliando este problema em termos municipais, disputa de futebol de salão e handball, em disputa de nível estadual, a regionalização implantada pela Secretaria de Educação e Cultura, já no seu segundo ano, não tem aquele objetivo que quer o Governo de Jayme Canet, implantar, no Paraná, por dois anos subsequentes, não tem a condição de êxito.

Então, estou alertando o Governo, nobre Líder, que de agora em diante, para 1977, estude a Secretaria de Educação e Cultura, o seu titular Borsari Neto, que é um homem ligado ao esporte, um homem que gosta de esporte, um homem que pratica esporte, um homem que reconhece no esporte amador uma das grandes virtudes do Paraná, em termos nacionais, é que reformalize aquela sua orientação e acabe com este decreto que partiu de um órgão seu subordinado, que parta, novamente, como eram feitos, como foi feito em Ponta Grossa em 1970, os Jogos Abertos do Paraná, que tivemos mais de uma centena de cidades de todo o Paraná, representadas; o êxito total em termos de arregimentação do valor amadorista.

Em relação a verbas, eu sou testemunha, nobre Líder, que realmente o Governo do Estado, em 1970, que eu fui o Vice-Presidente dos Jogos Abertos do Paraná, Presidente o ilustre Cel. Mazza, Comandante do então XIII Regimento de Infantaria. Tivemos a satisfação de ter o amparo governamental; construímos, em Ponta Grossa, o Ginásio 13 BIB, de hoje; construímos o Ginásio de Esportes na cancha do Colégio Pio XII; reformulamos toda a pista de atletismo. Quer dizer, houve amparo do Governo Federal, do Governo do Estado e do Município, que na época dispendeu a importância, se não me falha a memória, de trezentos mil cruzeiros, para Ponta Grossa sediar aqueles jogos.

Então o que nós queremos tão somente, Deputado Ivo Thomazoni, é que o Governo reformule essa sua norma implantada na regionalização dos jogos e devolva ao Paraná aquilo que V. Exa. mesmo é testemunha. Não só Ponta Grossa, Arapongas nos deu para a Seleção Nacional de Basquete três valores; Ponta Grossa entrou com dois valores; e também Curitiba e outros quadrantes quando existiam jogos à altura do esporte amador do Paraná.

Infelizmente esta medida, em termos de Estado não foi aceita pelos municípios, não foi aceita pelas cidades. Em minha região, quem sabe em outras regiões do Paraná desconheço, inclusive na sua região, ilustre Deputado, desconheço do êxito ou do fracasso da norma governamental implantada pela Secretaria de Educação. Em termos dos Campos Gerais o que eu testemunho e trouxe até, está no comitê de imprensa ali, os nossos companheiros jornalistas, órgão de divulgação, mais precisamen-

te o "Diário dos Campos", que relata o fracasso e o adiamento dos jogos abertos regionais de Ponta Grossa e demonstra que esta norma implantada pela Secretaria, conseqüentemente pelo Governo do Estado, não está sendo aceita pelos municípios do interior do Paraná.

Era somente este registro, nobre Líder Ivo Thomazoni, e muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Realmente, Deputado Luiz Carlos

Zuk, se empresta maior brilhantismo a uma competição desta natureza, quando ensaja a participação de desportistas de todos os quadrantes do Estado.

A regionalização, se por um lado deixa de emprestar o brilhantismo nos desfiles de abertura e não confere a participação numérica de expressão quando não se regionalizam os jogos, por outro lado confere às Entidades e às Autoridades Municipais menores despesas com a participação dos atletas, na cidade polo de determinada região. Quando o Governo pretendeu a implantação desta nova modalidade, escolhendo para sediar os jogos as cidades polos de regiões diferentes do Estado, teve por objetivo principal, a participação de maior número de atletas no mesmo ano, diminuindo-se as despesas com transportes e também com estada, porque na maioria dos casos os atletas participam dos jogos viajando pela manhã, e retornando à tarde e noite para a cidade de origem.

Era e ainda é, pretensão do Governo, facilitar as disputas com menores gastos e ensajando a participação de maior número de atletas com a realização dos jogos no mesmo ano em diferentes cidades do Paraná.

Eram os esclarecimentos que cabia fornecer, no instante em que faço um apelo ao eminente Deputado Luiz Carlos Zuk. Que nos ajude, em Ponta Grossa, a superar as divergências que ainda existem entre os homens que dirigem o DERO e a Liga Desportiva de Ponta Grossa. Porque superadas essas divergências, que acreditamos serem fáceis de superar, nós naturalmente assistiremos, no futuro, a realização desses jogos com maior brilhantismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 38/76, de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que denomina Casa Escolar Prefeito Guilherme Zanini, a atual Casa Escolar da sede do Distrito de Canelas, município de Renascença. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ. e CIP., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 72/76, de autoria do Deputado Dácio Leonel de Quadros, que declara de utilidade pública o Centro Castrense de Curitiba, com sede e foro nesta cidade. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 81/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 07/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Barra do Jacaré, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar PIO XII, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 82/76, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 14/76, Mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Centenário do Sul, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede daquele município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.- **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 83/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição, número 17/76, Mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Diamante do Norte, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Remo Mazzi, na sede daquele município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 84/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 25/76, Mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o município de Jaguapitã, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede daquele município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.- **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 85/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 28/76, Mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Mandaguari, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.- **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 85/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Mandaguari, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Colégio Estadual Vera Cruz e o Grupo Escolar Marechal Costa e Silva, na sede do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de maio de 1976

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO NÚMERO 28/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 154/76, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Mandaguari, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Colégio Estadual Vera Cruz e o Grupo Escolar Marechal Costa e Silva, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os Convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 4 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 86/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 44/76, Mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução número 86/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 08 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Soldado Constantino Marochi" e Delegacia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 94 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

Comissão de Constituição e Justiça

Parecer à Proposição número 44/76.

Acompanhado da Mensagem Governamental número 154/76, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 08 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Soldado Constantino Marochi" e Delegacia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 87/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 47/76, Mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de São João do Ivaí, objetivando execução de reparos nos prédios dos estabelecimentos de ensino que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução número 87/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 15 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de São João do Itaipó, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Comendador Jeremias Lunardelli e o Grupo Escolar Diogo Álvares Correia, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

Comissão de Constituição e Justiça.

Parecer à Proposição número 47/76.

Acompanhado da Mensagem Governamental número 154/76, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 15 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de São João do Itaipó, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Comendador Jeremias Lunardelli e o Grupo Escolar Diogo Álvares Correia, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 88/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 49/76, Mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Uraí, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Normal Colegial Coelho Neto e a Delegacia de Polícia, na sede daquele município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução N.º 88/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 20 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de URAÍ, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Normal Colegial Coelho Neto e a Delegacia de Polícia, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

Comissão de Constituição e Justiça

Parecer à Proposição N.º 49/76.

Acompanhado da Mensagem Governamental n.º 154/76, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 20 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de URAÍ, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Normal Colegial Coelho Neto e a Delegacia de Polícia, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto e pesar pelo falecimento da Senhora Irene Becker.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado à COPEL, encarecendo extensão da rede de eletrificação do distrito de Cantagalo até o distrito de Condoí, via diversos distritos, do município de Guarapuava.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja prorrogado por 60 dias o prazo dos trabalhos da CPI, que averigua os gastos do Governo em divulgação e publicidade.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Federação Espírita do Paraná, pelo transcurso do seu 74º aniversário.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando que através da Comissão Executiva desta Casa, mantenha imediato entendimento com o DETRAN e a Prefeitura do município de Curitiba, no sentido de que seja constituído esquema de trânsito com policiamento amplo e medidas funcionais, com relação a estacionamentos, na MOVEX.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que através do Departamento de Material, informe a posição do estoque de material escolar.— Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI (Pela Ordem) Solicito a V. Exa., que conceda a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) Fica adiada a discussão para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que através de órgão competente, seja designada comissão técnica para levantamento dos materiais aplicados na construção do prédio destinado ao Ginário de Abatiá.— APROVADO.

O SR. IVO THOMAZONI (Pela Ordem) — Solicito a V. Exa., que conceda a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. 6 Srs. Deputados rejeitam.

2. Srs. Deputados aprovam.

Não há quorum suficiente para apreciação do mesmo.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, quinta-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 81/76, 82/76, 83/76 e 84/76.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 85/76, 86/76, 87/76 e 88/76;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 90/76, 91/76, 92/76, 93/76, 95/76 e 96/76;

marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 27, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 67/76, 68/76, 69/76, 70/76, 71/76, 72/76, 73/76, 74/76, e de Lei números 36/76, 44/76, 69/76 e 70/76.

..... Levanta-se a sessão.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 568/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2861, de 13 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

incorporar ao acervo de serviço público da funcionária **ISAURA BUENO**, matrícula número 204, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tinha direito no quinquênio compreendido entre 07 de novembro de 1967 e igual data de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/08/76.

(aa) **PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO** — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 569/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1986, de 22 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

incorporar ao acervo de serviço público da funcionária **IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER**, matrícula número 470, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito no quinquênio compreendido entre 11 de novembro de 1970 e 11 de fevereiro de 1974 antecipado ante a contagem em dobro das férias de 1968, 1969, 1971 15 (quinze) dias, 1972 e 1973, e a incorporação de um ano por não haver gozado a mesma licença no decênio anterior.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/08/76.

(aa) **PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO** — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário